

## MEMORIAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Isaete Bezerra de Alencar<sup>1</sup>  
Elza Ferreira Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é o esboço teórico de uma pesquisa intitulada “Formação e Saberes Docentes para Educação Profissional e Tecnológica”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), *Campus Aracaju*. Objetiva analisar, estritamente, a gênese histórica e normativa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT). No que tange aos aspectos metodológicos, a investigação caracteriza-se como de natureza qualitativa e com delineamento bibliográfico. Para atingir o objetivo estabelecido, foi utilizado referencial teórico segundo autores marxistas e autores de renome que pesquisam o tema. A pesquisa ocorreu através de livros, textos científicos disponíveis na base de dados do Google Scholar e do Scielo, dissertações disponíveis no Observatório do ProfEPT, leis e decretos disponíveis no Portal da Legislação do Governo Federal. Deste modo, o presente estudo trará a gênese da EPT no Brasil e seus aspectos histórico e legal, perpassando pela relação de trabalho e educação na perspectiva histórico-ontológica, e por último, Institutos Federais e Ensino Médio Integrado (EMI). Por fim, há nessa reflexão a defesa de uma educação profissional e tecnológica, como modalidade de ensino que supere a dualidade estrutural entre educação profissional (EP) e educação básica (EB) e a funcionalidade desse fenômeno ao tipo de desenvolvimento socioeconômico do país. E por conseguinte, a defesa do EMI como política educacional que dialoga com os interesses da classe trabalhadora, assumindo, pois, a formação omnilateral, politécnica e integral, como proposta curricular necessária e já vivenciada pelos Institutos Federais.

**Palavras-chave:** Gênese, Educação profissional e tecnológica, Trabalho, Educação.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte teórico de uma pesquisa intitulada “Formação e Saberes Docentes para Educação Profissional e Tecnológica”, que está sendo desenvolvida

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) Campus Aracaju, Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) em 2021, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica, pelo Instituto Superior de Educação de Floresta (ISEF) em 2010, Licenciada em Pedagogia, pelo Instituto Superior de Floresta (ISEF) em 2008. Pedagoga-Área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Membro do grupo de pesquisa Educação Profissional e Tecnológica (CNPq/IFS). E-mail: [isaletebezerra@ifba.edu.br](mailto:isaletebezerra@ifba.edu.br) / [alencarisaete@gmail.com](mailto:alencarisaete@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 2013, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa (ULHT) em 2006, Licenciada em Letras pela UFS em 1993. Professora Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Docente do quadro permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFS). Líder do grupo de pesquisa Educação Profissional e Tecnológica (CNPq/IFS). E-mail: [elza.ferreira@ifs.edu.br](mailto:elza.ferreira@ifs.edu.br).

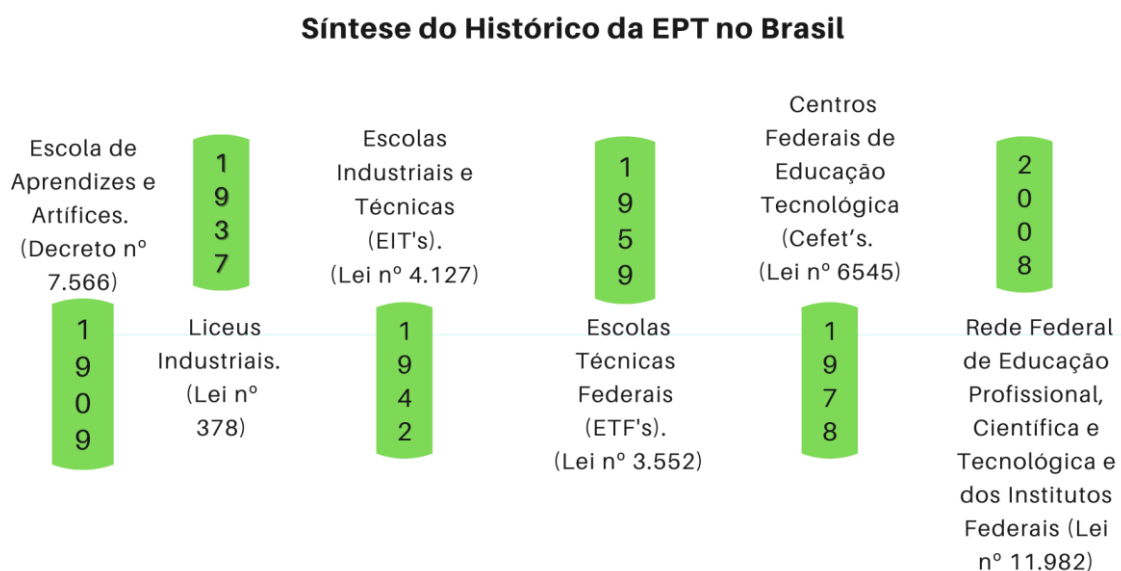
no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), *Campus Aracaju*.

Por conseguinte, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental para teorizar e fundamentar este estudo. Assim sendo, este artigo está sistematizado em quatro sessões, além da introdução e considerações finais. Inicialmente, traremos a síntese histórica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, e posteriormente, a Gênese desta modalidade de ensino, ressaltando, seus aspectos histórico e legal, enveredando pela relação entre trabalho e educação na perspectiva histórico-ontológica, e por último, Institutos Federais (IFs) e Ensino Médio Integrado (EMI): por uma formação humana integrada.

### 1. Síntese do Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A Figura 1 ilustra uma breve síntese acerca da gênese da Educação Profissional no Brasil, posteriormente, serão destacados os aspectos histórico e legal, perpassando pela relação trabalho e educação na perspectiva histórico-ontológica, e por último, na acepção de Institutos Federais ao Ensino Médio Integrado.

Figura 1 - Síntese do Histórico da EPT no Brasil



Fonte: Autoria própria (2022)



## **2. A Gênese da Educação Profissional no Brasil e aos dias atuais: aspectos históricos e legais**

Como assevera Costa (2020) a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil se faz presente desde o período colonial através, em dada medida pelas iniciativas da Igreja Católica. Sendo “os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, considerados as classes mais baixas da sociedade” (VIEIRA; JÚNIOR, 2016, p. 154). Naquela época, ainda segundo Vieira e Júnior (2016) à elite estava destinada uma educação propedêutica, acadêmica e que preparasse para a continuidade dos estudos. Ainda segundo os autores o trabalho manual era considerado indigno, sob o prisma da elite.

No século XVIII, com o advento do ouro em Minas Gerais, surgiram as Casas de Fundação e de Moeda as quais demandavam de um ensino mais especializado, o qual se destinava aos filhos de homens brancos, empregados da própria Casa (MEC, 2009, p.1).

Como ratifica Rodrigues (2012) que ao estudar a obra clássica de Celso Suckow da Fonseca é salutar destacar neste período a atuação dos jesuítas e a descoberta do ouro. Ainda para o autor os jesuítas encabeçaram iniciativas educacionais e difundiram o ensino de ofícios manuais” com o intuito de atender “necessidades materiais, tais como as construções de capelas e a confecção de instrumentos, como anzóis e facas” ou algumas atividades agrícolas.

Já a descoberta do ouro para Rodrigues (2012) gerou profissões ligadas à produção e beneficiamento do metal. Porém, isso levou a um grande êxodo para as novas vilas criadas, deixando abandonadas as profissões de ofícios mecânicos, o que ocasionou a expedição de Cartas régias proibindo este esvaziamento.

Ainda conforme Viera e Júnior (2016) após a promulgação do Alvará 1785, que proibia a existência das fábricas, o desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado. Apenas em 1808, com a revogação deste e, com a vinda da família real portuguesa foi criado, por D. João VI, o Colégio das Fábricas, destinados a atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (VIEIRA; JÚNIOR, 2016).

Deste modo, durante o império, inúmeras foram as iniciativas voltadas à educação profissional, tais como as Casas de Educandos Artífices instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865.



Foi através do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, que Nilo Peçanha, então presidente do Brasil, iniciou o ensino técnico no Brasil, com a criação de quatro escolas (VIERA; JÚNIOR, 2016), sendo este um dos marcos relevantes à história da EPT em nosso país.

Foram criadas 19 Escolas de Artífices, nas respectivas capitais dos Estados da época. Tais escolas, contextualizadas em um período em que o desenvolvimento industrial praticamente inexistia, tinham a “finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os da rua” (KUENZER, 2007, p. 27). Sob este prisma, a concepção assistencialista prevalecia em detrimento da concepção educacional que foi sendo ressignificada ao longo dos anos subsequentes.

Em 1930, início de industrialização no Brasil, é crescente a preocupação com a formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo vigente, neste contexto Moura (2007) pontua que a educação brasileira foi estruturada de uma forma completamente dual, distinguindo os percursos educativos dos filhos da elite e dos filhos da classe trabalhadora na educação básica.

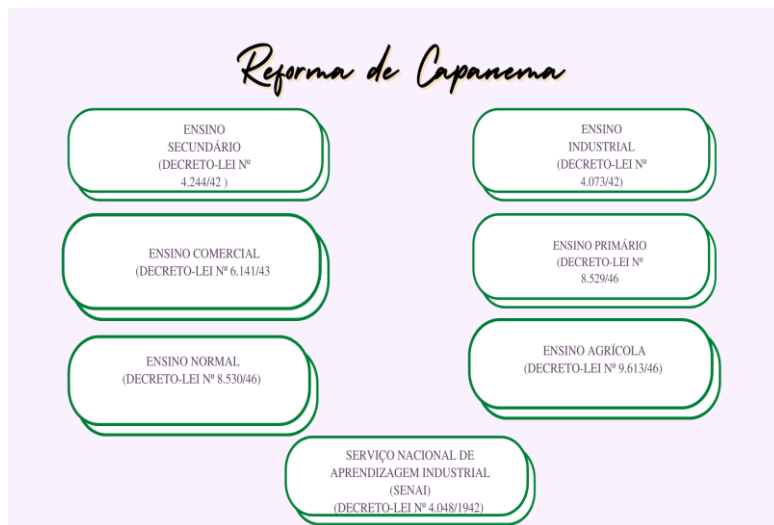
Ainda em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, criando a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, passando a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, até então ligadas ao Ministério da Agricultura.

Com a Constituição de 1937 apresentou um retrocesso em relação à de 1934 (MOURA, 2007). Pois, tal Constituição acaba com os recursos destinados à educação. No contexto da educação profissional, é nela que aparece pela primeira vez a definição de “escolas vocacionais e pré-vocacionais” destinadas a preparar filhos de operários para ofícios, e deveriam ser desenvolvidas colaborações dos sindicatos e das indústrias (MOURA, 2007).

Já na década de 1940 são promulgados vários decretos-lei para organizar a educação básica consoante à lógica que se estabelecia. Tais decretos, ficaram conhecidos como Leis Orgânicas da Educação Nacional - a Reforma de Capanema, em decorrência do então ministro da educação, Gustavo Capanema. São eles: Decreto nº 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-lei 4.048/1942 - cria o Serviço Nacional

de Aprendizagem Industrial (SENAI), que deu origem ao que hoje se conhece como Sistema “S”. Conforme ilustração abaixo:

Figura 2 - Reforma de Capanema



**Fonte: Autoria própria (2022)**

Os anos que antecederam a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foram efervescentes e ricos em debates acerca da sociedade brasileira que estava em conflito e das questões educacionais (MOURA, 2007). Assim, foi o nascedouro da Lei nº 4.244/1942, a primeira LDB do Brasil.

Em 1971, há uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692/71, que trata da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, uma tentativa de tornar o ensino profissionalizante obrigatório para todos, não se concretizando e sendo reconhecido pela Lei nº 7.044/1982.

Em 1990, são criados os Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional do Transporte (Senat), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (Sescoop) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae). Com o advento da Lei n.º 9.394/1996 foi retirado o caráter assistencialista dado até aquela data à educação profissional, tornando-a um mecanismo de favorecimento à inclusão social e certificação profissional (BRASIL, 1996).

A nova redação dada pela Lei n.º 11.741/2008, nos artigos 39 e 42, da LDB nº 9.394/1996 definiu que a educação profissional e tecnológica “integra-se aos diferentes níveis



e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL 2008).

Em decorrência dessa Lei, a Educação Profissional, que constava no artigo 39 da LDB vigente, passa a ser denominada Educação Profissional e Tecnológica. Posteriormente, foi aprovado o Decreto nº 2.208, em 17 de abril de 1997, regulamentando a educação profissional e criando o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Em 2005, foi promulgada a Lei nº 11.195, lançando a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Devido a esse processo de expansão foi possível interiorizar a EPT através dos Institutos Federais, por exemplo, e com isso intensificar os concursos para preenchimento de vagas destinadas aos de cargos das carreiras de Professor EBTT e de Técnicos Administrativos em Educação.

### **3. A relação trabalho e educação: perspectiva histórico-ontológica**

Compreender a história e os aspectos legais da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil requer que recapitulemos, inicialmente, da história da educação e do trabalho em nosso país.

Ao se considerar que o trabalho e a educação são atividades especificamente humanas para Saviani (2007) pressupõe dizer, que apenas o homem trabalha e educa. Ainda em conformidade com autor o processo de surgimento do homem se dá quando é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida.

Deste modo, Saviani (2007, p. 154) diz que “diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades.” O trabalho surge quando o homem passa de coletor para transformador da natureza em função de suas necessidades.

Logo, o que conhecemos como trabalho é “[...] o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas [...]”, (SAVIANI, 2007, p. 154). E o autor ainda acrescenta, que a essência do homem é o trabalho, produzida pelos próprios homens, e o que o homem é, é pelo trabalho, um processo histórico, profundo e complexo.

Saviani (2007) ainda destaca que a produção do homem é, ao mesmo tempo a formação do homem, ou seja, um processo educativo. Existindo, pois, uma relação de identidade entre trabalho e educação, e os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho -educação.



Que fundamentos são esses?

**Fundamentos históricos** porque referidos a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens. **Fundamentos ontológicos** porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens. **(Com grifos da autora)** (Saviani, 2007. p. 155)

Foi com o desenvolvimento da produção que se direcionou à divisão do trabalho, e daí a propriedade privada da terra (SAVIANI, 2007). O que acarretou, por assim dizer, na divisão de classes e na divisão da educação. Ou seja, se nas comunidades primitivas a educação coincidia com os meios de produção de existência da época, através do modo de produção comunal, ou “comunismo primitivo” e não havia divisão de classes, foi a partir do desenvolvimento de produção e da propriedade privada da terra que houve uma ruptura nas comunidades primitivas.

Configuram-se, em consequência, conforme Saviani (2007) duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a classe dos não-proprietários. E tanto na antiguidade grega quanto na romana, em que de um lado estava a aristocracia, dona da propriedade privada, e do outro estavam os escravos, caracterizando o modo de produção escravista, que essa divisão de classe, provocou uma divisão na educação, o que Saviani (2007) chamou de “cisão de unidade de educação”.

E foi a partir do escravagismo antigo que passaremos a ter duas modalidades distintas de educação: uma para a classe proprietária, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar, e uma educação para a classe não – proprietária, centrada no próprio processo de trabalho. Vale ressaltar, que foi a primeira modalidade de educação que deu origem à escola, que etimologicamente, significa, “o lugar de ócio”, tempo livre; em contraposição àquela inerente ao trabalho educativo, neste instituto, como assevera Saviani (2007), perpetrando-se a separação entre educação e trabalho.

A educação profissional neste contexto, se consolida na Revolução Industrial, quando pela emergente necessidade de produção, surge também a necessidade de mão de obra, sem, no entanto, haver preocupação com a formação humana. O que mais uma vez pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, o que forçou a escola, a vincular-se, de certa maneira, ao modo de produção (SAVIANI, 2007). E a educação que a burguesia concebeu naquela época contribuiu para a proposta dualista de escolas profissionais para os



trabalhadores e escolas de ciências e humanidades para os futuros dirigentes, reforçando a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Feito este breve apanhando histórico-ontológico da relação trabalho-educação prosseguiremos com algumas reflexões acerca dos Institutos Federais ao Ensino Médio Integrado como lócus do trabalho docente.

#### **4. Institutos Federais e Ensino Médio Integrado: por uma formação humana integrada**

Como se viu nas seções anteriores, o que conhecemos por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tiveram origem nas Escolas de Aprendizes Artificiais, sendo que estas últimas eram destinadas aos desvalidos da sorte.

Foi com os Institutos Federais (IFs) que retomam as discussões de formação humana integral, trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Segundo Ramos (2014) o conceito de formação humana integral, sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

Além da autora referida reportamo-nos à Ciavatta (2005) para contribuições sobre o Ensino Médio Integrado. Deste modo, surge a indagação:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. (CIAVATTA, 2005.p.2)

A formação integrada mencionada por Ciavatta (2005) pretende tornar íntegro, inteiro, pleno o ser humano fragmentado historicamente pela divisão social do trabalho. Para tanto, é salutar refletirmos e fomentarmos espaços de debates e políticas públicas educacionais acerca da questão *sine qua non*: “que tipo de formação humana está em disputa permanentemente na história da educação profissional e tecnológica brasileira?

Como assevera Ciavatta (2005, p.2), “trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social.”





O sentido desta formação remota a educação socialista que pretendia ser *omnilateral* no sentido de formar o ser humano na sua integridade física, mental, cultural, política, científica-tecnológica (CIAVATTA, 2005). Daí remota o desejo pela formação completa, como queriam os utopistas renascentistas, como Comenius, que atinge os dias atuais e está contemplada neste projeto.

Como assevera Ramos (2017) a organização curricular do ensino médio integrado considera a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura e direciona-se para a superação da dualidade da formação para o trabalho intelectual e para o trabalho manual. Já que visa democratizar e universalizar o acesso e a permanência no ensino formal aos filhos do proletariado, tal qual, aos filhos da elite. Fazendo com os primeiros não tenham uma formação restrita apenas à instrumentalização do saber fazer, aos trabalhos manuais.

Ou seja, Ensino Médio Integrado que é ofertado nos IFs deste país, precisa romper com o histórico da formação humana integrada, superando a dualidade educacional que persiste na Educação Profissional e Tecnológica. Para Saviani (2007) tal dualidade é estrutural à medida que nesta sociedade, a educação reproduz a divisão de classes e a escola é uma das instituições que tem contribuído para a manutenção dessa divisão.

É notória a necessidade de continuarmos a luta pela identidade dos IFs e da proposta do Ensino Médio Integrado, pois “a luta pelo ensino médio integrado é a luta pelo direito a uma formação humana plena, tendo o trabalho como princípio educativo em um currículo centrado nas dimensões fundamentais da vida” (RAMOS, 2017, p. 47). E não se pode permitir que os espaços formais de implementação desta proposta de formação humana sejam precarizados e golpeados sucessivamente, enfraquecendo nossa Rede Federal de Educação e o EMI, ao tempo que, fortalece o projeto de sociedade que elite e os dirigentes visam manter.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, como estudamos brevemente foi com a promulgação do Decreto de Criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, que se deu o início à Educação Profissional no país. E um dos marcos de extrema relevância foi a proposta curricular do Ensino Médio Integrado e a criação dos Institutos Federais.

Mesmo existindo críticas quanto a maneira em que o Ensino Médio Integrado vem sendo implementado ao longo desses anos, é legítimo dizer que o mesmo se constitui em uma



política educacional que vem reduzindo a desigualdade social, quando oferta ao filho do trabalhador o acesso ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação, visando atingir a formação humana integrada, dando-lhe condições de acessarem tanto os saberes manuais quanto os saberes intelectuais, culturais, científicos, artísticos, tecnológicos, etc. Além de ser uma política que dialoga com os interesses da classe trabalhadora, assumindo, pois, a formação omnilateral, politécnica e integral, como proposta curricular necessária e já vivenciada pelos Institutos Federais.

Logo, o Ensino Médio Integrado ofertado nos IFs ainda pode ser determinante quando ao formar jovens e/ou adultos também promove o senso crítico-refletivo acerca do modo de produção vigente e seus impactos no contexto histórico-social; quando os jovens e/ou adultos se tornam detentores de senso crítico e empoderados político.

## REFERÊNCIAS

BRASIL . Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação**

**Profissional e Tecnológica 2009.** Disponível em: <  
[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>  
Acesso em: 17 fev.2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>.  
Acesso em: 03 mar.2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 29.jan.2021

Clavatta, Maria. (2005). A Formação Integrada a Escola e o Trabalho Como Lugares de Memória e de Identidade. *Revista Trabalho Necessário*, 3(3).  
<https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Disponível em: <  
<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>>. Acesso em: 25 nov. 2021

COSTA, Débora Cristina Rosa Faria. **Qualidade do Ambiente Construído no Ensino Profissional: o caso do Instituto Federal de São Paulo.** Disponível em: <  
[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-01042021165339/publico/TEDeboraCristinaRosaFariadaCosta\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-01042021165339/publico/TEDeboraCristinaRosaFariadaCosta_rev.pdf)> Acesso em: 17 fev.2022.

KUENZER, A. Z. (org.) (2007). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez

MOURA, Dante Henrique. (2008). Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. *HOLOS*, 2, 4–30. <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>> Acesso em: 25 nov. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>> Acesso em: 20 jun.2022.

\_\_\_\_\_, Marise Nogueira. (2017). Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. *Educação Profissional E Tecnológica Em Revista*, 1(1), 27-49. <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.356>. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>> Acesso em: 20 jun.2022.

RODRIGUES, José. (2012). <b>Celso Suckow da Fonseca e a sua <i>“História do ensino industrial no Brasil”</i></b>. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 2(2 [4]), 47-74. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38722>. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38722>>. Acesso em: 25 nov.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

VIEIRA, A. M. D. P., & JÚNIOR, A. de S. (2017). **A educação profissional no Brasil**. *Interacções*, 12(40). <https://doi.org/10.25755/int.10691>. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>>. Acesso em: 02 mar.2022.